

| 159 | URBANISMO EM CURITIBA: MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES NO PENSAR A CIDADE

André de Souza Carvalho

Resumo

O planejamento urbano de Curitiba a partir de meados da década de 1960 costuma estar atrelado a Jaime Lerner - urbanista e prefeito por vários mandatos - e sua longa permanência e influência no executivo municipal. Da mesma forma, consensualmente, crê-se que a continuidade política manifestou-se numa coesão das práticas do planejamento e de se pensar e atuar urbanisticamente na capital paranaense, fato que não ocorreu. A atuação e consolidação profissional de Lerner perpassa algumas mudanças e transformações do urbanismo enquanto área de conhecimento e atuação. A prática, pesquisa, apreensão, correlações e inter-relações dos estudos urbanos se alteraram nas últimas décadas, assim como a realidade econômica, cultural e social. É a partir dessas mudanças que se propõe analisar a forma como as idéias e ações no planejamento urbano curitibano foram se modificando, causando desdobramentos, consequências e influências na conformação do espaço urbano atual.

Palavras-chave: História do Urbanismo, Curitiba, planejamento urbano, ideias urbanísticas.

Introdução

Embora haja algumas discordâncias quanto ao surgimento e "criador" do termo urbanismo, é de consenso geral que esta suposta ciência ou campo disciplinar de análise e intervenção do espaço urbano decorre das transformações ocorridas nas cidades após a Revolução Industrial. "Corresponde ao surgimento de uma realidade nova: pelos fins do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica."(Choay, 1992 ,p.2)

Como reflexo do desenvolvimento da era industrial, tem-se o êxodo rural e um acelerado e inesperado crescimento populacional das cidades. Diversos problemas no espaço citadino procedem de tal explosão demográfica, proporcionando e estimulando a elaboração de reflexões, teorias, métodos e estudos referentes ao projeto, organização e transformação do espaço urbano, atendendo, sobretudo, necessidades e condicionantes de uma cidade e sociedade inseridas na economia capitalista.

"A cidade tornou-se uma entidade observada à luz de raciocínios que se voltam a definir problemas na mesma, e a propor soluções para eles, compondo um movimento de controle dos processos urbanos. Esta característica foi fazendo com que o planejamento urbano se afirmasse como instituição intimamente associada ao poder

público e, obviamente, com ele comprometida." (Kohlsdorf, 1985, p.2)

De seu surgimento aos dias atuais, o urbanismo passou por diversas mudanças, apreensões e ações de diferentes agentes. De médicos sanitarianos a antropólogos e psicólogos, os estudos urbanos e as formas de pensar e agir nas cidades ocorreram de variadas formas e realizadas por diferentes profissionais. Assim como as cidades são dinâmicas, as formas de pensá-las, planejá-las e geri-las também são, adaptando-se aos novos contextos e necessidades.

Considerando o dinamismo da cidade e das reflexões e ações sobre elas, este texto pretende apresentar a forma como o espaço urbano curitibano foi pensado, transformado e (re)orientado nos últimos 50 anos. A temporalidade escolhida deve ao fato de consensualmente atrelar-se o planejamento urbano de Curitiba pós Plano Diretor de 1966 a um continuísmo político e urbanístico que revelou Jaime Lerner como principal responsável pela construção de uma cidade supostamente exemplar, fruto de uma política urbana presumidamente estável e coerente. Analisando as estratégias e ações urbanas nos mandatos de Lerner e sucessores aliados, pretende-se evidenciar que o urbanismo em Curitiba - ou o modo de pensar e gerir a cidade - passou por inflexões e transformações concatenadas aos novos paradigmas, idéias e estratégias urbanísticas, adaptando às necessidades políticas, econômicas e ideológicas do momento.

O Planejamento Urbano no Brasil e em Curitiba até a década de 1960

Antes de refletir sobre o pensamento urbano e sua manifestação no planejamento de Curitiba pós 1965, torna-se necessário esboçar, compreender e relacionar o que ocorreu em épocas anteriores no urbanismo brasileiro e curitibano.

Situa-se o início do urbanismo brasileiro no último quartel do século XIX (Villaça, Leme) e subdivide-se em três principais momentos, desde as primeiras ações urbanísticas do século XIX até o surgimento dos Planos Diretores em meados do século XX.

De 1875 a 1930 há um período marcado pelo urbanismo sanitariano e planos de melhoramentos e embelezamentos das cidades "herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos." (Villaça, 1999, p.182). Com reminiscências renascentistas e inspiração francesa, tais planos tiveram penetração em várias cidades brasileiras, impondo novos valores estéticos e criando nova fisionomia para a cidade. Porém, o embelezamento e melhoramentos encobriam outras

estratégias, como a de afastar a população pobre do centro e atender aos interesses especulativos das áreas revitalizadas e portanto valorizadas. Em Curitiba o momento foi marcado pela chegada da ferrovia e dos imigrantes europeus, foram traçadas novas e retilíneas ruas num plano de expansão que orientou o crescimento urbano em direção à Estação Ferroviária, esta, ligada ao centro da cidade por uma larga e imponente rua (atual Barão do Rio Branco), cercada de prédios suntuosos e importantes. Linhas de bondes foram implementadas e um Passeio Público foi criado. Ainda no início do séc. XX, Cândido de Abreu, em seu segundo mandato na administração municipal (1913-1916), com a experiência de ter participado do projeto da nova capital de Minas Gerais, criou em Curitiba uma Comissão Especial para Melhoramento Urbanos, para retificação de ruas, instalação de bondes elétricos e propagação da arquitetura eclética nos sobrados, prédios públicos e palacetes da cidade. Era evidente o cuidado estético com o meio urbano.

O momento que se inicia em 1930 vincula-se a ideologia do planejamento com base científica, na necessidade de combater os "problemas urbanos". Pouco a pouco, obras de infraestrutura tornam-se mais valorizadas que o embelezamento. "A importância da eficiência começa a superar a da beleza (...) Passa-se assim da 'cidade bela' para a 'cidade eficiente', da cidade do consumo para a cidade da produção" (Villaça, 1999, pp. 198-199). Diferentemente aos da época anterior, estes planos teoricamente pensavam a cidade em seu conjunto e não apenas em partes a serem embelezadas e "sanadas". Considerava-se que os problemas urbanos decorriam do crescimento caótico e sem planejamento das cidades, fazendo surgir a essência da ideologia, a qual perdura até os dias atuais, de que somente um "planejamento 'integrado' ou 'de conjunto', segundo técnicas e métodos bem definidos, seria indispensável para solucionar os problemas das cidades" (Ibid., p.183). Marcada por um intenso crescimento nas primeiras décadas do século XX, Curitiba, na década de 1940, apresentava problemas de um núcleo urbano que recebera mais habitantes que poderia comportar. Foi quando o prefeito e engenheiro Rozaldo de Mello contratou um plano que traçaria diretrizes para o desenvolvimento de Curitiba dentro de uma proposta de intervenção urbanística formal e funcional de ordenamento do espaço urbano. O plano, desenvolvido pelo urbanista francês Alfred Agache em 1943, foi o pioneiro a incluir medidas de saneamento, definição de áreas para habitação, serviços, indústrias e reestruturação viária na cidade. Estabeleceram-se diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico da cidade propondo sua divisão em zonas específicas segundo normatizações e disciplinas das funções urbanas. Vias de circulação concêntricas, distribuição dos espaços abertos e a reserva de áreas para a expansão urbana, segundo a previsão

demográfica da época também foram definidos por Agache. A intenção de transparecer cientificidade pode ser observada na maneira objetiva e exata da divisão dos espaços, hierarquizações, estudos, normas técnicas e prognósticos desenvolvidos. A abrangência do plano e sua visão mais totalizante do espaço confirma o exposto por Leme (1999, p.25- 26):

“O segundo período de 1930 a 1950 é marcado pela elaboração de planos que têm por objeto o conjunto da área urbana na época. Com uma visão de totalidade, são planos que propõem a articulação entre os bairros, o centro e as extensões das cidades através de vias de transportes. Neste período são formuladas as primeiras propostas de zoneamento”

Após a ascensão das forças militares em meados da década de 1960, o planejamento urbano brasileiro caracterizou-se por um padrão ou ideal denominado "tecnoburocratismo desenvolvimentista", no qual, a planificação urbana seria um instrumento de ação do Estado. Daí a tentativa de constituir uma política urbana centralizada e construir a ideia de um "sistema nacional de planejamento" (Cardoso e Ribeiro, 1994, p.85). Através de um regime autoritário e centralizado, foi criado o Sistema Nacional de Planejamento Urbano e vários Planos Diretores municipais começaram a ser formulados e desenvolvidos sob coordenação e apoio financeiro do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). O planejamento urbano passou a estar “muito associado à tecnocracia no período ditatorial (...) pretendeu-se legitimar pela técnica a ação do Estado, já que havia sido suprimida a legitimação popular.” (Villaça, 1999, p. 190). Os planos, muitas vezes não implementados, seguiam um mesmo padrão marcado pela racionalidade e tentativa de controlar o crescimento descontrolado da cidade e os consequentes problemas. Em Curitiba não foi diferente e, em 1965, atrelado a um projeto estatal autoritário de industrialização e desenvolvimento, começou ser esboçado o Plano Diretor de Curitiba marcando o que passaria a ser ideologicamente rememorado e considerado como um “marco” ou até mesmo um momento “revolucionário” para a cidade que, a partir de então - a despeito de todas as medidas e iniciativas anteriores em prol do planejamento urbano curitibano - passaria a ser planejada continuamente, pensada para o futuro, o que a distinguiria, posteriormente, em uma “cidade modelo”. Segundo palavras dos burocratas e envolvidos no planejamento da época “Curitiba desfrutou da mais profunda transformação física, econômica e cultural de sua história” (IPPUC, 1990, p.VII). Iniciava-se neste época, juntamente com a institucionalização do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), a prática da produção e divulgação de textos e informações sobre Curitiba que a legitimaria bem sucedida por seu planejamento. Além da

ação “prática”, a ação discursiva também foi bastante atuante no planejamento da cidade a partir de 1970, o que exige bastante cuidado ao rememorar e historiar esta época, afinal, conforme Villaça, "Uma séria dificuldade que se apresenta para a construção da história do planejamento urbano no Brasil é que nele, comumente, discurso e prática se mesclam de tal forma que é difícil separá-los." (1999, p.173).

Jaime Lerner e o Planejamento Urbano Curitibano pós 1965

Conforme já apontado, a Curitiba planejada e modelar, ganha destaque principalmente a partir da atuação do urbanista Jaime Lerner a frente do executivo municipal. Em toda literatura relacionada ao planejamento e “desenvolvimento” de Curitiba, a partir de 1970, o urbanista supracitado é presença constante, principalmente em publicações e estudos que apontam para o “sucesso” da cidade, mas também àquelas que fornecem críticas e revelações sobre favorecimento de grupos capitalistas, CPIs, manobras político-econômicas (utilizando, sobretudo, do planejamento e zoneamento urbano). Sua presença e referência na “transformação” de Curitiba, tornou-se extremamente destacada. À medida que ele projetava a Curitiba “transformada”, também, de certa forma, projetava-se como o “mentor” de uma nova e modelar cidade. Há quem afirme que há uma simbiose entre “criador” e “criatura”: “Não se analisa Curitiba sem se analisar Jaime Lerner, seu discurso e seus desejos. A cidade é e tem a cara do arquiteto e urbanista.” (Dias, 2005, p.6)

Lerner soube aproveitar das oportunidades para promover a cidade e se promover, consolidando seu marketing pessoal e galgando cargos de relevância em sua área de atuação, os quais também proporcionaram influência e articulação política, social e empresarial. Para Oliveira: “De todos personagens envolvidos com a administração pública da cidade em tempos recentes, o que melhor soube se aproveitar das oportunidades de consecução de um ambicioso projeto político foi, sem dúvida, Jaime Lerner.” (Oliveira, 1995, p.176)

Graduado em Engenharia Civil na UFPR, Lerner obteve bolsa de estudos na França, quando estagiou junto aos projetos de eminentes urbanistas, muitos deles integrantes do *Team X*. Participou da equipe de acompanhamento do Plano Serete (plano preliminar ao Plano Diretor de Curitiba desenvolvido por escritório de Jorge Wilhelm), tornando-se, em seguida, um dos fundadores e implementadores do IPPUC. Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) em 1971, quando, aos 33 anos, foi nomeado prefeito de Curitiba pelo então governador Haroldo Leon Peres. Posteriormente elegeu-se duas vezes prefeito municipal (1979-83 e 1989-93) e duas vezes governador (1995-98 e 1999-2002). Exerceu intensa atividade

em arquitetura e urbanismo, obtendo alguns prêmios e vencendo concursos na área. Também foi premiado por sua gestão municipal, especialmente devido às ações relacionadas ao meio ambiente e qualidade de vida. Apesar de ser (re)conhecido pela sua atuação no aspecto urbano e arquitetônico da cidade de Curitiba, também desenvolveu planos para várias cidades do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Aracaju, Natal, Goiânia, Campo Grande e Niterói. No exterior, atuou na Venezuela, Porto Rico, Cuba, China e Coréia do Sul. A partir de 1975, após seu primeiro mandato como prefeito municipal, assumiu o cargo de consultor da ONU para Assuntos Urbanos. Em 2002 foi eleito presidente da União Internacional de Arquitetos.

O Plano Diretor de Curitiba e o primeiro mandato Jaime Lerner

Uma vez indicado para exercer o mandato de prefeito da capital do Paraná, após acabar de retornar da Europa numa época de revoluções culturais e quebras de paradigmas, o primeiro mandato de Lerner no executivo municipal de Curitiba marcou a transição entre o arquiteto tecnocrata, imperativo, trabalhando ao lado do Estado para o urbanista empreendedor e marketeiro, ligado aos meios de comunicação para promoção do *citymarketing*. Assim como a cidade estava sendo transformada e devidamente ordenada segundo auspícios da ditadura militar para se tornar um “milagre brasileiro” na área do urbanismo, ela também passava por um processo de formatação de sua imagem para ser devidamente divulgada e “comercializada”.

O período compreendido entre os meados da década de 1960 e a década seguinte foram marcados pelo que ficou conhecido como “cultural turn”, com seus movimentos sociais e libertários, mudanças de paradigmas em todos os níveis, incluindo o científico. O urbanismo ampliava-se ainda mais enquanto campo multidisciplinar (Kohlsdorf, 1985) ao mesmo tempo em que ocorria uma “compulsão da *generalized bargaining* (própria da integração social do valor de troca) em que tudo se negocia (...), de imagens a outros itens menos simbólicos, numa espécie de arrivismo internacionalista quase metafísico” (Arantes, 2002, p.14). Alterava-se o pensamento sobre as cidades, do controlar a expansão urbana, passou-se a estimulá-la, cidade passava a se destacar enquanto local de negócio, uma potencial máquina de produzir riquezas e lucros, assim, seria necessário organizar as engrenagens para otimizá-la. Os centros urbanos passaram a ser apreendidos como um “negócio” oportunamente lucrativo, desde que devidamente preparados por um planejador-empreendedor para serem promovidas ao mercado capitalista. “(...) o que está assim em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se

não fazer acompanhar por uma adequada política de image-making.” (Ibid, p.17). E Lerner não mediu esforços para “lapidar” a imagem de Curitiba para posteriormente divulgá-la e vendê-la, afinal, era necessário tornar a cidade competitiva "inserir a cidade-alvo em um só nó da rede internacional de cidades, portanto, torná-la atraente ao capital estrangeiro." (Ibid, p.20).

Para Sanchez (2001), houve o esforço político em “vender” o sucesso de cidade e promover a reinvenção dos lugares, os quais estão diretamente associados aos arranjos particulares e relações de interesses. Era necessário proporcionar “visibilidade internacional aos projetos e ações urbanas, visando a um trânsito notável junto às agências multilaterais – que, por sua vez, garantirão futuros financiamentos para novos projetos.” (Ibid) No contexto ao qual se incluía Curitiba a partir da década de 1970, “a construção de imagens-modelo e a conquista de expressão no mercado de cidades” (Ibid) era fundamental.

Fato a se destacar, no primeiro mandato (1971 e 1975) de Jaime Lerner , são as intervenções de cunho “humanístico” e cultural. Além de se pensar no zoneamento e trânsito, com a implantação do Sistema Trinário¹, houve expressiva preocupação na área da cultura. Em 1971 foi implantada a Fundação Cultural de Curitiba e iniciou a reciclagem de espaços "históricos" da cidade transformando-os em centros difusores de cultura. O Teatro Paiol e a Rua das Flores (XV de Novembro) foram marcos simbólicos resultantes da reciclagem de um antigo depósito de pólvora em teatro e da transformação da principal rua da cidade em um espaço de convivência, uma sala de estar ao ar livre. A concepção de urbanismo adotada pelos dirigentes do município na época – ao menos no discurso - objetivava um meio urbano mais humano, assim, o habitante deveria assumir a própria cidade, ressaltando sua condição de cidadão. Dessa maneira, os espaços públicos precisariam ser democratizados e tornarem atraentes para a população, a cultura passaria por um processo de valorização, assim como medidas diretamente relacionadas ao bem estar e qualidade de vida do cidadão. Além do Plano tornar o núcleo central mais acessível aos pedestres, houve ainda o projeto de transformá-lo numa referência para a história da cidade. Nascia, assim, criado por decreto municipal em 1971, o Setor Histórico, que tencionava preservar as antigas construções do núcleo central de Curitiba.

¹ O Sistema Trinário consiste em uma avenida central dividida em três pistas: um corredor exclusivo para o transporte público no meio e duas faixas para o tráfego local. Outras duas avenidas paralelas servem como vias expressas de trânsito rápido que promovem acesso ou saída da área central. Foi uma concepção de transporte de massa projetada para atender as necessidades de uma cidade onde uso do solo do entorno das vias percorridas pelo transporte público seriam hierarquizadas. A idéia dos eixos estruturais, surgida já no Plano Serete, inspirou a reformulação sistema viário e de transporte coletivo, ao longo do qual Curitiba deveria crescer evitando o adensamento de áreas já povoadas.

As ações culturais e “humanísticas” que foram desenvolvidas em Curitiba a partir da década de 1970, estavam diretamente relacionadas ao que Arantes (Op.Cit) reflete a respeito da animação cultural caracterizar-se um "novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita” (Ibid, p.29), afinal, trata-se de uma “máquina ideológica” devidamente manipulada e acionada pelo planejador-empresário (*manager*) que por sua vez também se torna um intermediário cultural, administrando “tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e através dos 'lugares' da cidade, apropriadamente denominados *urban imagineers*" (Ibid). Harvey (1993) compreende que tal ação é uma forma de controle social, uma alteração pós-moderna do espetáculo outrora mais popular e/ou revolucionário.

Ainda na primeira administração de Jaime Lerner, aproveitando o “Milagre Econômico” pelo qual passava o Brasil, articulou-se a criação, em 1973, da CIC - Cidade Industrial de Curitiba, estratégia importante e necessária para atrair capital, investimentos e inserir a Curitiba na “trama” da competitividade entre as cidades.

A continuidade da primeira gestão Lerner na prefeitura acontece com o seu sucessor, Saul Raiz (ARENA-PR), no período de 1975 a 1979, o qual segue as linhas definidas pelo IPPUC, Instituto que teve Lerner como um dos fundadores e presidentes e adquire grande poder e articulação na administração municipal durante a década de 1970 .

Segundo mandato Lerner, consolidação do urbanista

Em 1979, novamente Governador do Estado, Ney Braga encaminha à prefeitura de Curitiba Jaime Lerner que assume pela segunda vez a capital do Estado do Paraná. Neste segundo mandato, manteve-se a preocupação com o transporte urbano, um dos pontos-chaves de sua administração anterior e que rendeu bastante destaque na mídia nacional. Também se preocupou em dotar a urbe de áreas verdes (garantindo na década seguinte um subsídio para a constituição de um discurso ecológico sobre Curitiba) e orientar o crescimento da cidade em torno dos eixos de transporte, o que contribuiu para delinear um espaço restrito e valorizado em torno destas áreas. Restrito através do zoneamento e restritivo para populações menos favorecidas que foram obrigadas a se retirar para regiões mais distantes da parte da cidade que estava sendo “modelada” para ser vendida como um modelo ao Brasil e mundo.

Outro fato bastante marcante do segundo mandato de Lerner foram as alianças com grandes capitalistas e o favorecimento dos mesmos, ainda que fosse necessário subverter a legislação e o tão conclamado planejamento. Grande exemplo, exposto por

Oliviera (1995, 2000) foi a construção do primeiro grande shopping da cidade, no início da década de 80, em região que privilegiaria a instalação de instituições públicas e com normas vigentes para uso do solo restritivos a atividades geradoras de trânsito intenso. O mesmo foi edificado sem os recuos necessários e abrangendo uma área maior que o determinado na legislação. Referente à atuação de Lerner e o interesse privado, “as iniciativas do planejamento urbano foram extraordinariamente compatíveis com os propósitos da acumulação capitalista. Praticamente todos os setores econômicos foram atendidos, se bem que em diferentes graus, pela reforma urbana.” (Oliveira, 1995, p. 164)

Evidencia-se, a partir de então, uma forte coalizão dos empresários, mídia e administração pública que perdurará por décadas e permanecendo ainda nos dias atuais. Começava a esboçar os princípios do “planejamento estratégico”, entendido por Borja como “a formalização mais acabada da cooperação público-privada” (Borja, 1995, p. 16), o qual viria tomar força e se destacar na década seguinte. A coesão, patriotismo e identificação com a cidade, outras características importantes para o bom desempenho do planejamento estratégico, também eram desejadas e estavam sendo construídas, o que é notável nas palavras do próprio prefeito urbanista:

"das limitações de província para a condição, a mentalidade, as perspectivas de metrópole (...) para isso, é necessário que o curitibano tome conta de sua cidade, de seu bairro, de sua rua. É preciso que ele aprenda a valorizar as coisas de sua cidade, seus pontos de encontro, seus monumentos (...) que o cidadão curitibano viva integralmente a vida de sua cidade" (Lerner, 1971)

Sobre o ideal do planejamento estratégico, Vainer (2002, p.57) destaca que é necessário a “mobilização de todos os recursos capazes de despertar nos indivíduos "um patriotismo de cidade" e concomitante "desejo de inserção" (nas redes globais, obviamente)”. Como se explicita no discurso de Lerner, ele não desejava um curitibano provinciano, mas um habitante preparado para a metrópole que ele estava transformando. Vainer, citando Borja e Castells, ressalta que a cidade passa a ser entendida como um:

"'espaço simbiótico (poder político- sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente, dá identidade coletiva a seus habitantes e tem um valor de marca e de dinâmica com relação ao exterior)'. A combinação de "cultura cívica" e "consenso público" ou, ainda na mesma linha do eufemismo, "vontade conjunta", formariam a argamassa dessa construção de cidade, permitindo-lhe dar "um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural" (Vainer, 2002, p.57)

Lerner encerra o segundo mandato consolidando-se como urbanista, fato que o levaria a exercer sua atividade intelectual em outros locais do Brasil e até mesmo no exterior. Esta decorrência coincide com o momento o qual Villaça (1999) compreende que o planejamento urbano no Brasil passou a se identificar com a atividade intelectual de produzir planos, porém desvinculados da política pública e não necessariamente próximos ou exequíveis concretamente com a ação do Estado. Para o autor os urbanistas responsáveis pela elaboração dos planos são vistos como "profissionais encarregados de pensar - apenas pensar - sobre a cidade" (p.222) estando tão afastados dos problemas reais que assolam a maioria dos cidadãos que "frequentemente são rotulados de 'poetas'. Na verdade, dada a alienação a que foram atirados, às vezes o são realmente." (Ibid)

Após mais de uma década de continuidade política em Curitiba, a ARENA sede lugar ao PMDB coincidindo com o período de redemocratização do Brasil. O período de 1983 a 1988 foi marcado por uma gestão mais democrática e focada na descentralização das ações, ao contrário das gestões anteriores, acusadas de relegarem os bairros ao esquecimento e atuar apenas no centro. O planejamento urbano sofreu uma certa alteração, repensou-se o Plano Diretor da década de 1960 e foi desenvolvido o PMDU - Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano. Uma vez que não era mais um urbanista a atuar no mais alto cargo do poder municipal, os discursos e pensamentos urbanos sobre a cidade e sua correlação com a ideologia urbanística da época foram poucos significativos, especialmente se comparados com o retorno de Jaime Lerner ao poder, pela terceira vez como prefeito de Curitiba.

Curitiba: mercadoria ecológica e espetacular

Em 1988 o urbanista é novamente escolhido - dessa vez pelo voto direto - para ser prefeito de Curitiba, que a partir daí se atualizaria em suas alcunhas e construções simbólicas e ideológicas como "Capital Ecológica" e "Capital de Primeiro Mundo". "A cidade-modelo de um país viável" como seria destacada na capa da Revista Veja, edição 1281 de 31 de março de 1993, passaria por um processo de reformatação de sua já reconhecida imagem e de uma intensa veiculação da mesma na mídia nacional e internacional, afinal, com o auge do neoliberalismo as cidades transformariam em mercadorias e competiriam entre si no mercado mundial.

O modernismo das gestões anteriores dá lugar ao pós-modernismo expresso em formas espetaculares de vidro, arame, acrílico e materiais inovadores. Rapidez nas ações e realizações, transformações urbanas inesperadas e de grande impacto visual caracterizaram

esse novo governo. Novos “produtos urbanos” foram lançados como a Rua 24 horas, o ônibus Linha Direta (ligeirinho), as estações-tubo. Utilizou-se da denominada “acupuntura urbana” ao realizar intervenções “positivas” em determinados pontos da cidade com a expectativa que isso pudesse gerar sinergias urbanas por toda metrópole. Estes e outros elementos de tendências modernas e futurísticas despontavam na “espetacular” Curitiba e recebiam destaque na imprensa local e nacional, revelando nuances de uma cidade que se transformava.

Os parques também adquiriram grande evidência na terceira administração Lerner, servindo funcionalmente para conter enchentes, proteger as nascentes dos rios e evitar ocupação urbana em áreas de risco, também materializaram um novo aspecto da cidade que se preparava para ser identificada e divulgada através de imagens verdejantes, naturais e ecológicas. O próprio logotipo da prefeitura municipal consistia uma folha verde sobreposta ao nome “Curitiba”, afinal, para ser notícia e “vanguarda” era necessário estar concatenado com a moda da época, a Ecologia, tema em voga de uma país que se preparava para a “Eco 92”.

Apoiando-se novamente na idéia de melhoria da qualidade de vida através da preservação de áreas verdes, Lerner dirigiu sua terceira administração com o lema de Curitiba como “Capital Ecológica”, promovendo obras, como a melhoria do Parque Regional do Iguazu e a implantação do Parque das Pedreiras, do Jardim Botânico e do Bosque Zaninelli, situando neste último a UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE – ULMA. [...] a capital passou a conviver diariamente com as questões ambientais, ao mesmo tempo em que via nascer seus maiores símbolos de city marketing. (Castelnou Neto, 2005, p.385)

A arborização foi ampliada e o índice de áreas verdes por habitante aumentou expressivamente, especialmente nas estatísticas, constantemente divulgadas mas raramente questionadas. “Compra Lixo”, “Cambio Verde”, “Lixo que não é Lixo” e “PIA Ambiental” (Programa da Integração da Infância e Adolescência) foram programas carismáticos que tiveram boa repercussão na mídia, principalmente por atender a população de baixa-renda e englobar o discurso da ecologia, qualidade de vida e sustentabilidade urbana. Também eram convenientes à estratégia de envolver a população para um bem comum, fator extremamente eficaz e necessário para o desenvolvimento do planejamento estratégico.

"Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de 'Patriotismo Cívico', de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve

apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população" (Castells & Borja, 1996, p. 160)

Além da promoção interna visando o comprometimento e pertencimento à urbe, a divulgação da metrópole ao mercado internacional, juntamente com a criação de consensos e a presença carismática e despolitizada de um líder empreendedor também seriam fundamentais para a eficácia desta nova estratégia de planejamento. Algo que Lerner e seus sucessores foram adquirindo e produzindo com muito êxito desde 1990 até os dias atuais, evidenciando um novo pensamento de planejar a cidade.

Segundo Vainer (2002, p.75), o planejamento estratégico é um dos modelos de planejamento urbano que concorrem para ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário. Este modelo vem sendo difundido na América Latina, a partir da década de 90, pela ação combinada de agências multilaterais como o BIRD e Habitat, e através de consultores internacionais, especialmente catalães. A partir desta forma de gerir e pensar o urbano, o modo de administrar e planejar as cidades passa a ter forte vinculação à administração e planejamento de empresas, negócios e produtos. Para Villaça (2005, p.22):

"Coerente com o ideário neo-liberal, esse planejamento parte da idéia de concorrência ou competição entre as cidades - a competitividade urbana - no mundo globalizado e informatizado. Diz que é necessário 'vender as cidades' e para isso evidentemente, necessita da propaganda, do marketing, da iniciativa privada e da visão empresarial. A ideologia neo-liberal, rapidamente passou a difundir a idéia de que esse era o planejamento 'moderno'"

Uma das ideias consensuais dos planejadores urbanos atuais consiste em que a "cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda." (Vainer, 2002, p.78) justificando forte imposição do marketing urbano no processo de planejamento e gestão de cidades.

Para ser competitiva e poder se destacar na "prateleira" em que outras cidades estão a "venda", torna-se necessário ser espetacular: "A cidade tem que ser um acontecimento." (Lerner, 1977, p.6), devendo chamar atenção das pessoas - seus habitantes e os de fora- afinal "gente é a atração da cidade. O homem é o ator e expectador desse espetáculo diário que é a cidade."(Ibid) Porém, além de um tratamento estético para se tornar atrativa a turistas e investidores, a cidade da era neoliberal precisaria também

demonstrar características de uma empresa eficiente: inovação, criatividade, rapidez e inserção no mercado internacional. E assim se fez com Curitiba, elencando elementos como criatividade, competência, desempenho e eficiência enquanto organizadores da imagem da cidade 'que deu certo' (García, 1997, p.38) e disseminando novos, criativos e destacados projetos e marcos urbanos que, na verdade, mais pareciam produtos de marketing como as estações estações de ônibus feitas em forma tubular acrílica, parques e memoriais com símbolos e construções pastiches. Espaços onde a arquitetura foi utilizada como elemento de valorização de imagem e fomentador do “espetáculo”. Tais realizações urbanas são apreendidas enquanto mercadorias, “produtos de consumo que acompanham um ritmo frenético de 'renovação de ideias’” (Ibid, p.43), “como se cada inovação urbana fosse um novo produto lançado ao mercado consumidor. Indo além, a própria noção de 'qualidade de vida' que perpassa o discurso urbanístico, é 'vendida' aos 'cidadãos consumidores’” (Ibid, p.58)

Vale salientar que parte do espetáculo ou agente responsável pelo paroxismo do mesmo é a mídia e o marketing, "Entre os cidadãos e a cidade estão os meios tecnológicos de comunicação. Eles não informam sobre a cidade, eles a refazem à sua maneira, hiper-realizam a cidade transformando-a num espetáculo." (Ibid, p.32).

Curitiba conseguiu bons resultados no tocante à “espetacularização” do urbano, renovando “seu mito de vanguarda urbanística” (Oliveira, 1995), reforçando a vocação e atividade turística e conferindo uma imagem de eficiência e agilidade à gestão pública, projetando o prefeito e a cidade nacionalmente e internacionalmente.

Entretanto, o espetáculo foi interno também, por mais que os cidadãos tenham sido meros expectadores ou simples fantoches no “teatro” do planejamento urbano curitibano, Borja (1997) e Vainer (2002) concordam que a mobilização de consciências e a construção do patriotismo cívico são questões significativas do planejamento estratégico, para as quais, a utilização e instrumentalização dos recursos urbanísticos e arquitetônicos revelam-se fundamentais:

"Os monumentos e as esculturas (pelo que representam e pelo prestígio de seus autores), a beleza plástica e a originalidade do desenho de infra-estruturas e equipamentos ou o cuidadoso perfil de praças e jardins proporcionam dignidade à cidadania, fazem a cidade mais visível e reforçam a identidade, incluído o patriotismo cívico de sua gente" (Borja, 1997, p. 14)

Da mesma forma que o patriotismo cívico, a continuidade na gestão municipal, com uma liderança forte, carismática, acima de partidos e paixões e um governo local

estável, seguro e consistente são considerados elementos necessários para o bom desenvolvimento do planejamento estratégico. Algo que Curitiba vem conseguindo desde os finais dos anos 80 numa sucessão de prefeitos que utilizaram discursos e ações – midiáticas e carismáticas – tornando-se emblemáticos e (re)conhecidos na cidade e até fora da esfera municipal. Além de Lerner, destacaram-se especialmente Rafael Greca, sucessor direto do primeiro e alcançou o Ministério do Turismo e Beto Richa, filho de um ex-governador do Paraná, atual governador do Estado.

Planejamento urbano curitibano atual – Permanências e poucos avanços

Embora críticas bem fundamentadas e coerentes tenham sido feitas ao planejamento urbano curitibano e realidade metropolitana tenha se tornado mais complexa no decorrer das últimas duas décadas, observa-se poucas mudanças no pensamento e prática urbanística curitibana dos últimos anos. A região metropolitana – por muito tempo esquecida e negligenciada – passou a orbitar em algumas estratégias do planejamento da capital, principalmente no tocante à integração do transporte e especialmente após importante incremento industrial nas cidades do entorno imediato de Curitiba. A metrópole, mesmo com notáveis contradições, ainda consegue sustentar sua imagem e o urbanista Jaime Lerner – que se tornou referência e quase sumidade entre seus pares – continua acreditando e divulgado a cidade como uma metrópole viável e diferenciada.

Curitiba ainda está sendo vendida enquanto mercadoria, porém, está cada vez mais restrita aos que possuem condições de adquiri-la. Conforme reflete Vainer (2002, p.83), com o planejamento estratégico a urbe torna-se uma “mercadoria de luxo” destinada especialmente à uma elite de potenciais compradores, tais como capital internacional, visitantes e usuários solváveis “qualificados”, sendo os pobres devidamente excluídos.

Conforme procurou demonstrar e analisar, embora tenha havido certa continuidade no poder político de Curitiba, as formas de pensar e agir no meio urbano da cidade foram se modificando conforme alterações dos paradigmas e ideais econômicos, culturais e urbanísticos. Também foram se adaptando, atualizando ou transformando de acordo com as necessidades, possibilidades e interesses do momento. Porém, a associação do aparelho de poder municipal (ocasionalmente estadual e nacional), aparato de comunicação e marketing e elite econômica constituiu quase uma constância na realidade do planejamento urbano curitibano. Durante as últimas cinco décadas tais vínculos mantiveram-se fortes e coesos, impedindo outra forma de articulação ou apreensão do planejamento urbano, como o participativo. Ao contrário, o caráter elitizado e pouco democrático de planejamento resultou

na consolidação de uma cidade imperiosamente recortada, delineada e publicizada segundo interesses de um pequeno grupo, excluindo o restante da população de qualquer participação ou expressão. Além disso, os investimentos na cidade ficam restritos e beneficiam uma minoria já privilegiada economicamente, afinal, conforme Maricato (2002), os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado.

O controle da informação e a possibilidade de divulgá-la garantiu o poder e a hegemonia do pensamento e da ideologia instituída pelos seus detentores que puderam e conseguiram estabelecer consensos, representar simbologias, idealizar imagens e manipular (ir)realidades. Por sua vez, grande parte da população da metrópole, além de alienada, continuou excluída desse espaço devidamente (re)construído e (re)formatado para ser valorizado e se tornar atraente e competitivo, diferentemente das periferias esquecidas, violentas e nada atrativas - especialmente àqueles que fecham os olhos para tamanha desigualdade e abismo social.

Conclui-se esta reflexão destacando que “o desconhecimento da cidade real facilita a implementação de políticas regressivas carregadas de simbologia.” (MARICATO, 2002, p.186), assim, torna-se necessário conhecer, refletir e criticar o espaço urbano para realmente quebrar toda as representações ideológicas e construções simbólicas realizadas no intuito de encobrir a realidade e a manutenção do *status quo*.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O., VAINER, C. B. & MARICATO, E. 2002. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, São Paulo, Vozes.
- BENEVOLO, L. 1981. As origens da urbanística moderna, Lisboa, Presença.
- BORJA, J. 1995. Barcelona. Un modelo de transformación urbana. Quito, Programa de Gestión Urbana.
- CARVALHO, A. S. 2008. Curitiba: Imagem do planejamento ou planejamento da imagem? Monografia (Bacharelado em História), UFPR.
- CASTELLS, M & Borja J. 1996. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, 45, julho, p. 152-166
- CASTELNOU NETO, A. M. N. 2005. Ecotopias urbanas: imagem e consumo dos parques curitibanos.. Tese Doutorado (Meio Ambiente e Desenvolvimento), UFPR.
- CHOAY, F. 1992. O urbanismo. Utopias e Realidades: uma antologia. São Paulo, Perspectiva.
- DIAS, S. I. S. 2005. A Arquitetura do desejo. O discurso da nova identidade urbana de

Curitiba, Cascavel, UNIOESTE.

- GARCIA, F. E. S. 1997. Cidade espetáculo: política, planejamento e *city marketing*, Curitiba, Palavra.
- HARVEY, D. 1993. A condição pós-moderna, São Paulo, Loyola.
- IPPUC. 1995. Memória da Curitiba Urbana (Depoimentos 5), Curitiba, IPPUC
- KOHLSDORF, M. E. 1985. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar In: Farret, R. L. O espaço da cidade, São Paulo, Projeto.
- LEME, M. C. da S. 1999. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurelio Filgueiras (org.) Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo, Studio Nobel/FAU USP/FUPAM.
- LERNER, J. 1977. Cidade: cenário do encontro. Roteiro do filme produzido em outubro de 1977 apresentado em conferências em Paris e Edinburgh.
- LERNER, J. 1983. A experiência de Planejamento Urbano de Curitiba. In.: Revista de Administração Municipal. v.30, n.168 jul/set.
- MARICATO, E. M. 2002. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In : ARANTES, O., VAINER, C. B. & MARICATO, E. A cidade do pensamento único : desmanchando consensos. 3a. ed. São Paulo, Vozes.
- OLIVEIRA, D. 2000. Curitiba e o mito da cidade modelo. Curitiba, Editora da UFPR.
- OLIVEIRA, D. 1995. A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Sociais, UNICAMP.
- RIBEIRO P. C. Q. e CARDOSO A. L. 1994. Planejamento Urbano no Brasil : paradigmas e experiências, Espaço & Debates no. 37, São Paulo, NERU, pp.77 - 89.
- SANCHEZ, F. E. G. 2001. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n.16. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 Set 2008.
- SANCHEZ, F. y MOURA, R. 2005. Ciudades-modelo: estrategias convergentes para su difusión internacional. EURE (Santiago) [online]. vol.31, n.93, pp. 21-34
- SOUZA, M. L. 2003. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- VAINER, C. B. 2002. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In : Arantes, O., Vainer, C. B. & Maricato, E. A cidade do pensamento único : desmanchando consensos. 3a. ed. São Paulo, Vozes.
- VILLAÇA, F. 1999. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In:

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo, EdUSP. pp. 169 - 243.

VILLAÇA, F. 2005. As ilusões do plano diretor. Disponível em <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em: nov. 2011